

**PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: TRANSDISCIPLINARIDADE NA
CONSTRUÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE
CAARAPÓ-MS**

***PSICOLOGÍA Y EDUCACIÓN: TRANSDISCIPLINARIEDAD EN LA
CONSTRUCCIÓN DE LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA
CAARAPÓ-MS***

***PSYCHOLOGY AND EDUCATION: TRANSDISCIPLINARITY IN THE
CONSTRUCTION FOR SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE IN
CAARAPÓ-MS***

Denise Mesquita de Melo ALMEIDA¹
Léa GÉLLER²

RESUMO: Este artigo debate a participação de psicólogos na trajetória de implantação do Atendimento Educacional Especializado de Caarapó – MS ocorrida entre os anos de 2003 a 2017. Discute perspectivas e desafios atuais à inclusão social e educacional. Questiona a gênese da relação entre a Psicologia e a Educação, ao tempo em que sugere posturas transdisciplinares como inovações pedagógicas factíveis e profícuas à atuação de psicólogos na escola com vistas à promoção da Educação Inclusiva. Desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação lato sensu em Educação Especial – FAED/UFGE trata-se de uma pesquisa/estudo de caso realizada a partir de entrevistas, observações *in locus* e estudos de documentos. O tratamento e a análise de dados foram conduzidos pela metodologia de análise de conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Transdisciplinaridade. Atendimento educacional especializado (AEE).

RESUMEN: *Este artículo debate la participación de psicólogos en la trayectoria de implantación de la atención educacional especializado de Caarapó - MS ocurrida entre los años de 2003 el 2017. Discute perspectivas y desafíos actuales a la inclusión social y educacional. Cuestiona la gênese de la relación entre la Psicología y la Educación, al tiempo en que sugiere posturas transdisciplinares como innovaciones pedagógicas y útiles al rendimiento de los psicólogos en la escuela con visualizaciones para la promoción de la educación inclusiva. Desarrollado en la extensión del programa de grado sensu en Educación Especial - FAED / UFGE es tratado de una / de investigación del que estudio que el caso logró empezando del logro de las*

¹ Universidade Federal da Grande Dourados (UFGE), Dourados – MS – Brasil. Professora Adjunta, Faculdade de Ciências Humanas. Psicóloga, mestre e doutora em Educação. ORCID <<http://orcid.org/0000-0002-0122-9697>>. E-mail: denisealmeida@ufgd.edu.br

² Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Caarapó – (SMEDE), Caarapó – MS – Brasil. Discente da Pós-graduação Lato Sensu em Educação Especial FAED/UFGE. Departamento de Educação Especial, Psicóloga. ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-5586-8331>>. E-mail: leageller@yahoo.com.br

entrevistas, los comentarios en punto y estudios de documentos. El trato y el análisis de los datos fueron impulsados por la metodología del análisis del contenido.

PALABRAS CLAVE: *Psicología. Transdisciplinariedad. Atención educacional especializado (AEE).*

ABSTRACT: *This article discusses the participation of psychologists along the implementation of the Specialized Educational Assistance in Caarapó – MS that occurred between 2003 and 2017. It discusses current perspectives and challenges to social and educational inclusion. It inquires the genesis of the relationship between Psychology and Education, while impling transdisciplinary attitudes as pedagogical innovations that are feasible and profitable to the performance of psychologists in school aiming to promote Inclusive Education. Developed in the context of the lato sensu Postgraduate Program in Special Education - FAED / UFGD, this is a research/study case based on interviews, observations in locus and document studies. The data analysis and treatment were conducted using the content analysis methodology.*

KEYWORDS: *Psychology. Transdisciplinarity. Specialized educational service (ESA).*

Introdução

Facilmente as tensões do cotidiano se impõem em nosso horizonte turvando nossas vistas, nos impedindo de ver ou reconhecer o sentido das intervenções pedagógicas que realizamos - o sentido dos nossos esforços. O cotidiano escolar na relação com as diversidades que o constituem nos impõe tantas urgências que, diante delas, corremos o risco de nos desmanchar na realidade imediata. Uma realidade de fato importante! Mas, que pode nos absorver a tal ponto que deixamos de compreender que todas as intensas ações, adequações e ajustes que promovemos para o acesso e a permanência de um sujeito específico na escola, são, na verdade, apenas uma pequena-grande parte da construção de uma educação e de uma sociedade para todos.

Corremos o risco de esquecer que a Educação Inclusiva é uma, entre outras, importantes estratégias para produção de algo realmente maior e mais abrangente, que é a produção de uma sociedade inclusiva. Daí nos lançamos a desafios quixotescos, nos inquietamos talvez mais do que o necessário com a delimitação dos públicos-alvo de nossas intervenções, com diagnósticos e laudos. Fechamo-nos em nós mesmos, lamentamos a precariedade de nossas formações iniciais e até mesmo da cultura que nos engendrou. Mergulhamos em angústias e nos lançamos à busca de recursos mirabolantes e inacessíveis. Esquecemos que toda criança cresce, que incluir é

humanizar – é aprender a viver juntos! -, e que o sentido da escola é produzir as condições necessárias para que esta humanização aconteça.

Diante disto, apresentamos aqui uma oportunidade para a recuperação da memória e para a resignificação de sentidos para os caminhos que temos percorrido na organização e operacionalização de sistemas educacionais inclusivos nesta região do estado de Mato Grosso do Sul. Objetivamente, neste estudo discutimos sobre o processo de promoção da inclusão escolar de pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos inscritos no espectro autista enquanto nos concentramos em investigar sobre a trajetória de participação dos profissionais da Psicologia na construção de uma educação inclusiva no município de Caarapó - MS.

Para tanto, debatemos sobre a inclusão social e educacional buscando reconhecer suas perspectivas e os desafios que enfrenta ao refletirmos sobre o que é a educação especial vista sob a perspectiva inclusiva; o que são as inovações pedagógicas voltadas à promoção da inclusão; bem como, sobre as rupturas de fronteiras e a transdisciplinaridade como um desafio no horizonte da Educação Inclusiva. Neste contexto, trataremos também da relação entre a Psicologia e a Educação na produção de interfaces e diálogos para a promoção da Educação Inclusiva, enfocando as transformações no papel do psicólogo escolar, sobretudo, no que tange à postura e atitudes transdisciplinares necessárias para a promoção da inclusão. Por fim, como lócus reflexivo, abordaremos a história da Educação no Município de Caarapó, focalizando em especial a trajetória da Educação Especial no município a partir da presença de psicólogos neste cenário.

Ressaltamos que este estudo resulta de uma pesquisa desenvolvida pelas autoras, no âmbito do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação Especial da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – MS. A saber, uma pesquisa qualitativa desenvolvida na forma de um estudo de caso, onde a recolha de dados ocorreu por meio de observações e entrevistas realizadas em visitas a campo, em que pudemos observar e analisar as intervenções psicológicas planejadas e implementadas na Educação Especial da Rede Municipal de Ensino de Caarapó - MS. O tratamento dos dados foi organizado por meio da metodologia da análise de conteúdo, enquanto a leitura interpretativa foi realizada sob a ótica da Psicologia Escolar Crítica e da perspectiva da Educação Inclusiva.

Perspectivas e desafios à inclusão social e educacional

Como dissemos, consideramos justificar-se um retorno ao começo e destacamos a importância de recuperar o percurso histórico do discurso da inclusão e da Educação Especial sob a perspectiva inclusiva em nosso país, bem como destacar os atores que pautaram a inclusão no cenário político de construção de relações democráticas no Brasil. Sobretudo em nosso momento atual, quando percebemos a emergência e o avanço de discursos conservadores, capazes de colocar em risco o estado de direito e inúmeras conquistas cidadãs alcançadas pela sociedade civil organizada nos últimos trinta e cinco anos. Portanto, com vistas à complexidade e às sutilezas constitutivas das transformações pelas quais a Educação Especial vem passando, recuperaremos os principais dilemas históricos que marcaram o desenvolvimento desta área de saberes e práticas. Mas antes de falarmos sobre Educação Especial sob a perspectiva inclusiva, falaremos em segregação e integração - os sistemas que nortearam as reflexões e intervenções da Educação Especial por longo período.

De acordo com Mendes (2010) o pensamento segregacionista tinha como premissa a ideia de que a manutenção, o cuidado e a educação de pessoas com deficiência, apartadas do convívio social, era o modo mais adequado de proceder. A segregação intencional tinha por objetivo agenciar proteção em duas vias: de um lado, a segregação objetivava proteger a própria pessoa com deficiência de um convívio social dito inapto a recebê-la e a atender suas necessidades; de outro, a segregação visava proteger a própria sociedade da pessoa com deficiência. Sim, proteger a sociedade, em si, pois a pessoa com deficiência era vista como incapaz de gerir seus atos e suas escolhas, podendo, com isto, ferir, ofender, transtornar a comunidade ao seu redor.

Durante todo este período a ênfase de processos pedagógicos era direcionada à deficiência em si. A preocupação com a aprendizagem e o desenvolvimento de potencialidades não era o foco das prioridades, e na maioria das estratégias de atenção a deficiência era associada à noção de doença e de debilidade. Em decorrência, os sujeitos eram vistos em sua fragilidade e incompletude, e na relação pedagógica eram tomados como dependentes e incapazes de desenvolver o aprendizado.

Conforme Mendes (2010) impulsionados por contingências econômicas (alto custo do sistema segregativo *versus* crise financeira nos EUA e Europa) aliadas ao avanço científico na área do desenvolvimento humano, inicia-se assim um processo de questionamento e reorganização do modelo de assistência social e pedagógico

direcionado à pessoa com deficiência. Após muitos estudos e pesquisas relacionadas inclusive à aprendizagem das pessoas com deficiências, as políticas educacionais passam a adotar uma nova metodologia que incentivava a inserção dos estudantes com deficiência nas escolas comuns. Passou-se a compreender a importância da socialização dos alunos com deficiência com seus pares e em convivência com estudantes sem deficiências, que naquele período eram considerados como normais. As classes especiais nas escolas comuns foram a principal estratégia de promoção da integração social e educacional de alunos com deficiência. Constituíam-se, assim, a integração da pessoa com deficiência à escola comum.

No entanto, uma vez integrado ao sistema de ensino comum, o aluno com deficiência era ele mesmo o responsável por seu sucesso escolar. O olhar da educação seguia marcado por um ponto de vista normatizador e os estudantes com deficiências, agora inseridos ao convívio com os discentes ditos “normais”, precisavam instrumentalizar-se por si próprios para demonstrarem resultados. Portanto, ainda sem assimilar as novidades científicas sobre o desenvolvimento humano, os educadores consideravam os estudantes com deficiências incapazes de assimilar para si o que lhes era apresentado, e, incapazes de aprender os conteúdos escolares. A deficiência ainda foi o ponto de referência para a organização dos processos pedagógicos, além de que as classes e serviços especializados de atenção à pessoa com deficiência tinham o caráter de reabilitação e o objetivo de promover estratégias de compensação e correção de distorções no percurso do desenvolvimento.

No cenário atual nos encontramos num momento de transição em que a Educação Especial passou a ser entendida como uma modalidade de ensino, com um público alvo definido e delimitado. No entanto, ela deixou de ser vista como a única responsável pelo desenvolvimento e pela aprendizagem das pessoas com deficiências e pela transformação cultural necessária à promoção da inclusão social e escolar. Na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2016), “TODOS” têm direito a uma educação plena e de qualidade, e, todos os profissionais em educação devem ter o olhar pautado nas singularidades humanas, sobretudo em suas potencialidades, sem preconceitos ou atitudes discriminatórias.

Mas, como Mantoan (2015), compreendemos haver aí muitos desafios. Para tornar a escola inclusiva é preciso produzir uma cultura de inclusão no espaço do saber como um todo - é preciso promover inovações radicais nos processos de ensinar e de aprender. Sob a perspectiva inclusiva, produzir inovações pedagógicas é um desafio à

docência que implica o questionamento das certezas e abertura de possibilidades de diálogos com o incerto, o inacabado, o processo em aberto. Inovar para promover a inclusão, ao contrário do que se pensa, em muitos casos passa pelo simples e implica em reaprender a posicionar o olhar para construir uma postura empática, ter compromisso com o outro e reconhecê-lo, sobretudo, em suas potencialidades.

De acordo com Silva, Fernandes e Fleuri (2018), a inovação pedagógica passa por rupturas com paradigmas ancorados em fundamentos da ciência moderna. Para os autores, “a inovação pedagógica é compreendida como práticas que rompem com o paradigma da racionalidade técnica, desconstruindo a lógica disciplinar e a pura transmissão de conhecimentos científicos” (SILVA; FERNANDES; FLEURI, 2018, s/p). Neste contexto, a desconstrução da lógica disciplinar é algo que nos toca particularmente no percurso deste estudo, onde tomamos a construção de uma postura transdisciplinar como uma inovação de significativa importância na produção da inclusão social e educacional.

Temos observado de maneira evidente na Educação o problema relativo à fragmentação disciplinar, bem como a dificuldade de proporcionar o diálogo entre o grande número de disciplinas que constituem o campo - tanto enquanto saberes, como enquanto práticas profissionais que acontecem nas escolas. Do mesmo modo, torna-se cada vez mais perceptível os limites que vivemos para articular diferentes tipos de saberes e conhecimentos quando nos vemos diante de questões complexas demandando por respostas.

Autores como Fazenda (2008), Luz (2009), Sommernam (2012), Paiva & Silva (2017), entre outros, sob diferentes perspectivas epistemológicas, despertam nossa atenção para a urgência desta questão. Sommerman (2012) discute a transdisciplinaridade como um instrumento capaz de “favorecer articulações entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos da experiência” (SOMMERMAN, 2012, p. 825). Para o autor, a transdisciplinaridade requer também o diálogo e a interação com os conhecimentos produzidos pelas culturas ‘totalmente outras’” (SOMMERMAN, 2012, p. 766).

Aqui discutimos a história de produção do Atendimento Educacional Especializado da rede de ensino municipal de Caarapó – MS sob a ótica dos psicólogos que participaram, liderando, o processo de seu desenvolvimento. Uma história em que a trajetória de produção de processos pedagógicos para atender pessoas com deficiências, altas habilidades/superdotação, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos do

espectro autista concorreram e/ou acompanharam transformações no próprio papel do psicólogo escolar e da importância da Psicologia para a Educação.

Psicologia e Educação: inovações e transdisciplinaridade para a promoção da Educação Inclusiva

A Psicologia no Brasil caminha entrelaçada à Educação desde muito tempo. Historicamente, em diálogos e atravessamentos, produzem estudos relacionados aos processos de ensino-aprendizagem, vislumbrando a ampliação das possibilidades de desenvolvimento e aproveitamento acadêmico dos aprendentes. A este respeito temos que:

A Psicologia no Brasil teve um grande marco histórico quando foi instaurada em 1923 a Liga Brasileira de Higiene Mental, que partiu do movimento higienista com intuito de aprimoramento do povo brasileiro, excluindo tudo o que viesse contra esse movimento como: mistura das raças, pobres e negros, degenerados, doentes mentais a ordem era profilaxia social [...] ainda nesse período houve a necessidade de cientificar a educação significando psicologizá-la, transformar os conhecimentos psicológicos em regras pedagógicas. A psicologia era feita principalmente a partir de instrumentos de medição e classificação dos alunos para diversificar a educação [...], mas o discurso oficial sobre a higiene e a educação de infantis, especialmente quando voltado às crianças das classes subalternas, tinha como motivo não só o desejo de parecer europeu, mas também estavam assombrados pelo fantasma da sina do atraso [...] conjuravam o medo do domínio da multidão, do “caos urbano” e da revolução social (PATTO, 2004, p. 2008).

Ainda hoje vivemos à sombra do passado, onde a Psicologia, com seus estudos e recursos, foi posta – conforme destaca a autora - como um instrumento de uma política higienista e xenofóbica, viabilizando práticas de classificação que resultavam em exclusão educacional e social. Isto nos alerta e convida à construção de outras práticas. E, neste contexto, a noção de transdisciplinaridade parece se apresentar como uma inovação pedagógica chave para o acesso aos caminhos que permitam à Psicologia contribuir de fato para a construção de uma educação inclusiva.

Como vimos anteriormente, a sociedade brasileira conquistou a defesa do direito à inclusão de todos e o desenvolvimento de cada um com suas singularidades na escola. No entanto, o cotidiano pedagógico vem mostrando que a Educação ainda vive o desafio de incluir efetivamente, de encontrar soluções para os impasses relativos ao

acesso e permanência qualificada de estudantes nas instituições de ensino brasileiras. É neste momento que a relação entre a Psicologia e a Educação retorna à pauta.

Almejando a minimização dos efeitos destes processos de exclusão, frequentemente aqueles que fogem aos “padrões” são encaminhados pelas escolas para serem acolhidos por serviços de psicologia e/ou pelo Atendimento Educacional Especializado - AEE. Ocorre que, usualmente, esses encaminhamentos são realizados a partir de uma cultura da busca pela cura das causas “do desvio de normalidade”, onde por vezes educadores acreditam que após o atendimento pelo Atendimento Educacional Especializado e/ou atendimento pelos serviços de psicologia (na escola ou fora dela) os alunos serão “devolvidos” às salas de aula “corrigidos”, “normalizados” e livres dos problemas antigos. Com isto, afirmamos que há um lapso entre dispositivos de lei e a transformação da realidade, e que neste lapso residem desinformação e conceitos arcaicos. Para contrapor-se a este cenário, a ação psicológica na escola precisa transcender aos modos convencionais de intervir.

Chagas-Ferreira (2016) propõe que pensar o desenvolvimento humano no contexto escolar implica reconhecer este processo como dinâmico e atravessado por continuidades e descontinuidades, bem como compreender que ele o faz através de relações mútuas e recíprocas entre a pessoa e seu contexto. Conforme a autora, o desenvolvimento humano, como processo complexo e multidimensional, envolve plasticidade e temporalidade. O que significa que, frente aos novos pleitos sociais e econômicos que exigem novas formas de atuação, pode-se avançar dos modelos de atuações tradicionais para práticas que, por exemplo, incentivem uma reflexão crítica sobre os papéis subjacentes aos educadores e suas responsabilidades, sobre o fazer docente e as possibilidades que esta atuação abre sobre a vida escolar e social dos estudantes. Pode-se, sobretudo, produzir uma nova forma de intervenção que valorize a participação da família e da comunidade na escola, utilizando-se de saberes e técnicas psicológicas que sensibilizem pais, responsáveis, comunidade interna e do entorno para o significado que a experiência acadêmica pode representar ao conjunto da vida de todas as pessoas.

Neste sentido, observamos que num universo onde se encontram e interferem mutuamente culturas profissionais e experiências de vida tão diversas e complexas como a escola, a construção de uma postura transdisciplinar pode representar uma inovação pedagógica de especial importância para produção de relações sociais inclusivas, mais sensíveis, necessárias ao Atendimento Educacional Especializado.

A noção de transdisciplinaridade está intimamente ligada aos conceitos de inclusão escolar, onde a escola reconhece que o ensino é direito de todos, e os princípios de equidade devem imiscuir todas as metodologias de ensino-aprendizagem, abrangendo todos os sujeitos envolvidos no contexto escolar. Cruz e Costa (2015) discutem a ideia da transdisciplinaridade como caminho para a equidade social “conclamando a necessidade de uma reflexão profunda e permanente da condição de cidadania dos alunos e da sociedade em que vivem” (CRUZ; COSTA, 2015, p. 206).

A Psicologia, neste sentido, no contexto educacional, deve ir além de uma prática interdisciplinar. De acordo com Franzmann e Bonetti (2016), a postura interdisciplinar se caracteriza onde há a presença de profissionais de distintos campos do conhecimento no contexto escolar, porém cada qual exerce suas atividades em conjunto, mas um não participa do plano de intervenção do outro.

No entanto, a produção de relações escolares inclusivas, por meio do Atendimento Educacional Especializado, pede que sigamos para além disto. E a construção da postura transdisciplinar pode proporcionar esta inovação: psicólogos, professores, coordenadores, juntamente com as famílias, vislumbrando objetivos comuns traçam planos de atuação de forma que cada um dos integrantes das equipes possam avaliar, confrontar, sugerir e argumentar sobre a proposta do outro. Conhecer intimamente, por meio de trocas e colaboração mútuas mais profundas, o que propõe cada membro da equipe, assim, construindo um jeito próprio de intervir junto ao aluno onde todos se reconheçam. As relações educacionais inclusivas só podem ser produzidas por meio de um efetivo trabalho em equipe no qual todos se transformam mútua e colaborativamente enquanto exercem suas funções.

Atendimento Educacional Especializado de Caarapó – MS: avaliando o entrelaçamento entre a Psicologia e a Educação para a promoção da inclusão

Aqui, as experiências compartilhadas por psicólogos e educadores durante o processo de implantação do Atendimento Educacional Especializado em Caarapó – MS nos ajudam a pensar sobre isto. Em especial no que tange às inovações pedagógicas e à produção da transdisciplinaridade. No entanto, alertamos que não as destacamos por considerar que neste município se tenha alcançado êxito em desenvolvê-las. Antes, as abordamos, pois justamente a análise deste percurso histórico sugere a necessidade de investimento para tal, embora muitas conquistas já tenham sido realizadas.

Caarapó trilhou caminhos similares ao de outros municípios brasileiros para a produção de uma escola inclusiva. Ali também os esboços para a criação do Atendimento Educacional Especializado foram delineados a partir do “Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” (BRASIL, 2016). Programa que tramitava em âmbito nacional e oferecia apoio à implantação do Atendimento Educacional Especializado nas redes públicas de ensino.

No ano de 2003 a Prefeitura Municipal designou uma equipe especificamente para implementar as orientações oferecidas pelo programa. Naquele período consideraram psicólogos como sendo os profissionais que condensavam qualificações científicas e profissionais necessárias tanto à promoção do desenvolvimento humano, quanto à sensibilidade para o processo de transformação ao qual o sistema educacional seria submetido. A equipe pedagógica foi composta por uma psicóloga e uma pedagoga para liderar o percurso de produção da Educação Inclusiva que a rede municipal de Caarapó passaria a percorrer.

Para tanto, ambas foram submetidas a processos formativos oferecidos pelo Ministério da Educação e Cultura, e em decorrência destas formações implantou-se em 2006 a primeira Sala de Recursos Multifuncionais para o atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Esta sala foi montada com recursos municipais, na Escola Municipal Cândido Lemes dos Santos. Em 2010, o município de Caarapó alcançou outro marco importante na direção de uma educação inclusiva através da promulgação do documento norteador de sua política municipal de Educação Especial – a Deliberação/CME/Caarapó-MS nº16 de 20 de outubro de 2010, que dispõe sobre a Educação Especial na Educação Básica, em todas as etapas e modalidades do Sistema Municipal de Ensino do município de Caarapó-MS (CAARAPÓ-MS, 2010). Neste documento a ótica da Educação Inclusiva, orientada pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação - CNE, e Conselho Estadual de Educação – CEE, norteava o jeito de pensar a Educação Especial nas escolas comuns do município.

Os profissionais da psicologia participaram de cada uma das conquistas ao Atendimento Educacional Especializado caarapoense. Em diferentes documentos pode-se verificar suas contribuições para a Educação municipal como, por exemplo, em Caarapó (2016, 2017, entre outros), relatórios de gestão que denotam suas intervenções desde às análises de documentos existentes na SMEDE, passando por sua presença participativa no cotidiano escolar, especialmente no que diz respeito à Educação

Especial, até sua atuação em órgãos reguladores - Conselho Municipal de Educação de Caarapó – CME.

De acordo com estes registros e também com o depoimento dos entrevistados, ao longo do percurso histórico do Atendimento Educacional Especializado caarapoense, os psicólogos atuaram como formadores em estudos continuados de professores e equipes escolares; ministraram palestras para estudantes e familiares; contribuíram para o processo de ensino aprendizagem e sensibilização para as diferenças em formações pontuais e continuadas a toda equipe educacional. Tais informações denotam que a práxis psicológica na Educação caarapoense, incluindo o que tange à atenção ao público da Educação Especial esteve, desde seu início, focada na relação ensino-aprendizagem. Nos atendimentos individualizados mantiveram seu interesse em subsidiar as aprendizagens curriculares mínimas pelos estudantes. Embora inicialmente, os insucessos na aquisição das aprendizagens ainda fossem, de certo modo, atribuídos às deficiências e às barreiras que a deficiência impõe refletindo, assim, resquícios do modelo de pensamento do período integracionista ainda permeando o trabalho.

Do mesmo modo, verificou-se que durante algum tempo o Atendimento Educacional Especializado foi percebido em Caarapó como um tipo de atendimento prestado única e exclusivamente pelo professor especialista em educação especial nas salas de recursos multifuncionais. A interdisciplinaridade ocorria neste momento - as intervenções dos psicólogos aconteciam nas escolas concomitantemente à atuação de outros profissionais. Porém, de forma pontual, ao psicólogo eram atribuídas funções de avaliação/classificação psicológica e auxílio psicopedagógico sob o enfoque da neurociência na formação de professores. E, no conjunto, neste início da implantação do Atendimento Educacional Especializado não se faziam as possíveis análises reflexivas em torno do currículo escolar e das ações pedagógicas compartilhadas com toda a equipe escolar e nem contavam com a participação da família. Neste período apenas uma psicóloga dedicava-se ao Atendimento Educacional Especializado de toda a rede municipal de ensino.

No ano de 2013 a equipe de psicólogos foi ampliada, passando a contar com dois membros. E, mais tarde, em 2017, com os efeitos de mudanças de gestão municipal, surgiram mudanças no olhar sobre o objeto e as metodologias da Educação Especial, uma nova perspectiva sobre a inclusão foi aberta aos serviços. Dois outros psicólogos foram contratados, e uma profissional redistribuída para outros setores administrativos. O planejamento da atenção oferecida por eles ao Atendimento Educacional

Especializado levou em consideração desde a quantidade de alunos, até as modalidades e níveis de ensino, e a região de atuação. Deste modo, o foco de atenção de um profissional foi dirigido à inclusão na Educação Indígena; enquanto o de outro mirava a inclusão nas Escolas de Ensino Fundamental na sede do município; e, a atenção do terceiro foi ocupada pelos Centros de Educação Infantil na sede do município e nos distritos, e, pela função de gestão do Departamento de Educação Especial na SMEDE.

Desde então, algumas inovações começaram a ser engendradas pela nova organização do setor de Educação Especial na rede de ensino municipal. Uma parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)³ foi estabelecida com a finalidade de prestar consultoria à gestão do ensino, bem como para a formação dos profissionais da escola. O atendimento ao alunado com deficiência deixou de ser prestado exclusivamente nas Salas de Recursos Multifuncionais, e passou a ser entendido como um serviço com o objetivo de avaliar o contexto educacional e planejar meios e estratégias para que todos os alunos, em suas singularidades, tenham garantido não apenas o acesso, mas a permanência qualificada na escola.

A dimensão da transdisciplinaridade entrou em cena e começou a ser explorada: todos os agentes educacionais passaram a ser minimamente pautados nos processos de avaliação, planejamento e implantação de ações. Os professores das classes comuns também foram alvos de processos formativos para sensibilizá-los para posturas inclusivas, tomando a referência do Desenho Universal para Aprendizagem como eixo norteador de suas metodologias, que passaram a acolher também a construção dos Planos de desenvolvimento Individual – PDI como estratégia promotora de equiparação das oportunidades de aprendizagem entre os alunos.

Contudo, é preciso destacar: as inovações na organização do processo pedagógico e na produção de relações mais sensíveis e inclusivas não passaram exatamente pela questão disciplinar. Não foi a presença de profissionais deste ou daquele campo específico da ciência que permitiu a transformação das relações educacionais. Nosso estudo concluiu que o engajamento e a promoção de relações pedagógicas mais democráticas e emancipadoras na rede municipal de ensino de Caarapó só puderam ser construídas, no mínimo, a partir do intercruzamento de três eixos fundamentais: a formação; a noção de inclusão; e a transformação.

³ Profa. Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio foi a principal interlocutora neste processo.

O primeiro, referente ao próprio processo de formação inicial dos psicólogos escolares – que durante todo o período analisado foram gestores do Atendimento Educacional Especializado: os psicólogos que compõe o quadro funcional da SMEDE-Caarapó assumiram atividades no contexto educacional por razões externas a sua vontade - aprovados em concursos públicos municipal, foram designados a atender a demanda educacional existente. Todos afirmaram ter iniciado seu ingresso na rede com pouco domínio sobre conceitos da Educação Especial, e ainda menos sobre a perspectiva inclusiva da Educação. Apenas uma demonstrou simpatia pelo campo da Psicologia Escolar antes de seu ingresso na rede. Postados frente à demanda educacional, submeteram-se a processos de formação continuada e cursos de Especialização em Educação Especial em busca de reparos e ajustes em sua formação inicial.

O segundo, relacionado à própria concepção de inclusão assumida pelos psicólogos do AEE: enfoque teórico enfatizado em suas formações iniciais também parece influenciar tanto na leitura que fazem das relações produzidas na/pela escola frente à deficiência, quanto na compreensão que eles têm da inclusão de maneira geral. Disto decorre, talvez, sua capacidade maior ou menor de se relacionar com diferentes saberes, conhecimentos e práticas profissionais, bem como de articulá-los em promoção das relações sociais inclusivas.

E, por fim, o eixo das transformações refere-se ao modo como estes profissionais passaram a conduzir suas intervenções a partir da nova concepção de inclusão que construíram influenciando-se mútua e coletivamente: todos os entrevistados demonstraram uma preocupação com o significado efetivo do conceito de inclusão representado no resultado de seu trabalho para além da realidade imediata. Um significado produzido a partir da promoção de aproximações, dialogicidade, troca de experiências, e, valorização de saberes provenientes de diferentes e diversos tipos de conhecimento. Os psicólogos entrevistados demonstraram reconhecer limites na ação psicológica convencional, influenciada pelos modelos de atendimento médicos aplicados ao contexto escolar, e revelaram-se dispostos a esforços para construção de outras práticas, engendradas pela/na relação com outros sujeitos igualmente agenciadores das ações pedagógicas na escola.

Considerações finais

Embora tenha sido possível destacar tantos avanços no processo para a implantação do AEE em Caarapó, pode-se concluir que o caminho percorrido não foi desenvolvido em linha reta, nem sob luz e temperatura confortáveis. Impasses e conflitos compuseram as curvas e as mudanças de altitude. As dificuldades enfrentadas revelam que, mesmo que o tema da inclusão esteja pautado no horizonte da escola há mais de vinte anos, a falta de informação e a precariedade na formação – humana e profissional – ainda imperam e atravessam as práticas pedagógicas impondo-lhes inúmeros limites que incidem de maneira injusta, sobretudo, sobre o desenvolvimento dos estudantes.

No entanto, de outro lado, também concluímos que, havendo oportunidade, a produção de uma visão mais crítica das relações existentes nas escolas propicia aos seus agentes - psicólogos, professores, famílias, estudantes – a busca por brechas por onde possam fragilizar e corromper posturas cristalizadas. O encontro com percepções críticas da realidade contribui para o processo de inclusão porque transforma o olhar de cada um em relação ao outro e em relação a si mesmo, suas próprias práticas. Isto abre a oportunidade para inová-las produzindo o respeito à diversidade e ampliando a percepção sobre as habilidades e potencialidades de todos os estudantes em suas singularidades. O estudo apontou que as inovações pedagógicas não se encontram apenas relacionadas à utilização de tecnologias avançadas, elas estão ligadas também e, sobretudo, às condutas, à capacidade de viver juntos sem jamais soltar as mãos – o ponto chave para a atuação psicológica na relação com a escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 20 jun. 2018.

CAARAPÓ (MS). Conselho Municipal de Educação. **Deliberação/CME/Caarapó-MS**, nº16 de 20 de outubro de 2010.

CAARAPÓ (MS). **Relatório de Gestão -2016**. Secretaria Municipal de Educação e Esporte/ SMEDE, Prefeitura Municipal de Caarapó. Período 2016.

CAARAPÓ (MS). **Relatório de Gestão -2017**. Secretaria Municipal de Educação e Esporte/ SMEDE, Prefeitura Municipal de Caarapó. Período 2017.

CHAGAS-FERREIRA, Jane Farias. Psicologia escolar e desenvolvimento humano: articulação de saberes para a promoção do sucesso escolar. In: DAZZANI, Maria Virgínia.; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de (orgs.). **Psicologia Escolar Crítica: teoria e prática nos contextos educacionais**. Campinas: Alínea, 2016.

CRUZ, Elisabete.; COSTA, Fernando Albuquerque. Formas e manifestações da transdisciplinaridade na produção científico-acadêmica em Portugal. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, 2015.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na formação de professores. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 93-104, 2008.

FRANZMANN, Neusa Mendonça.; BONETTI, Joelma C. S. O Trabalho Interdisciplinar: serviço social, psicologia e psicopedagogia na unidade escolar. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 95-104, 2016.

LUZ, Madel T. Complexidade do campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas-análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. **Saúde e sociedade**, v. 18, p. 304-311, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

MENDES, Enicéia. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y pedagogía*, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto 2010, pp. 93-109. Disponível em: <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeypp/article/viewFile/9842/9041>. Acesso em: 28 out. 2018.

PAIVA, Fernanda Daniela. Formação de Professores, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade: reflexões no curso de pedagogia. **Anais... da Semana de Integração do Câmpus de Inhumas**, v. 4, n. 1, 2017.

PATTO, Maria Helena Souza. **Ciência e política na primeira república: origens da psicologia escolar**. Mnemosine, 2004.

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da.; FERNANDES, Sonia Regina de Souza.; FLEURI, Reinaldo Matias. Inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica: problematização de práticas e de percepções de docentes, discentes e coordenadores. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.13, n. esp. 2, p. 1265-1280, set.,2018. ISSN 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v13.nesp2.set2018.11643. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11643/7585>. Acesso em: 28 out. 2018.

SOMMERMAN, Américo. **A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como novas formas de conhecimento para a articulação de saberes no contexto da ciência e do conhecimento em geral: contribuição para os campos da educação, da saúde e do meio ambiente**. Tese (Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2012.

Como referenciar este artigo

ALMEIDA, Denise Mesquita de Melo; GELLER, Léa. Psicologia e Educação: inovações e transdisciplinaridade no Atendimento Educacional Especializado de Caarapó-MS. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 856-871, 2018. E-ISSN:1519-9029. DOI: 10.22633/rpge.unesp.v22.nesp2.dez.2018.11917

Submetido em: 31/10/2018

Aprovado em: 15/11/2018